

**UM ESPECTRO DO GOLPE RONDA NOVAMENTE O BRASIL: O  
GOLPE AOS DIREITOS**

**A COUP SPECTRUM ROUND AGAIN BRAZIL: THE RIGHTS TO  
BLOW**

**UN ESPECTRO DEL GOLPE RONDA DE NUEVO EL BRASIL:  
EL GOLPE A LOS DERECHOS**

**Diego Pessoa Irineu de França<sup>1</sup>**

*diego.pe.ssoa@hotmail.com*

**RESUMO:** O presente texto busca discutir o desmonte de um conjunto de direitos, que assistimos no Brasil nos últimos anos. Tal processo tem a ver com a redução neoliberal das conquistas adquiridas pela classe trabalhadora e o conjunto da população. Trata-se de um resultado de reflexões que venho sistematizando, há pouco mais de um ano, quando se intensificaram os indícios dos processos de construção golpista. Entretanto, não pretendo centrar a discussão a partir de elementos meramente conjunturais, mas identificar a dimensão estrutural presente na forma de austeridade imposta enquanto “inevitável”, bem como vislumbrar que implicações tais medidas podem representar para a vida do conjunto dos brasileiros. Para tanto, a discussão acerca da *Forma Política do Estado*, como componente imprescindível à acumulação do capital, torna-se indispensável para entendermos a essência dos processos em curso, pois permite ultrapassarmos a imediatidade da conjuntura e perceber os potenciais e os limites dos governos progressistas diante do Estado burguês.

**PALAVRAS CHAVE:** Golpe aos direitos; Forma política; Estado e governo.

**ABSTRACT:** This text aims at discussing the offense on the rights of us, in the last years, in Brazil, which has to do with the neoliberal reduction of the achievements made by the working class. This is the result of reflections I have been setting up, a little over a year ago, when the evidence of blow-orientated processes was intense. However, rather than intending to take this discussion with focus on merely circumstantial elements, I intend to identify the structure present in form of austerity enforced as “unavoidable”, as well as realizing what implications such measures may represent to the lives of Brazilians. For this purpose, the discussion over the *Political Form of the State*, as a crucial component for capital accumulation, becomes indispensable for us to understand the core of the processes underway, as it allows us to transcend the conjuncture immediateness and to realize the strengths and limitations of the progressive governments before the bourgeois State.

**KEY-WORDS:** blow to the rights; Political Form; State and government.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Geografia da Unesp-PP e membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT).

**RESUMEN:** Este documento analiza la ofensiva sobre los derechos que hemos sido testigos en los últimos años en Brasil, que tiene que ver con la reducción neoliberal de los logros obtenidos por la clase obrera. Este es el resultado de las reflexiones que vengo sistematizando, poco más de un año, cuando se intensificaron los signos de los procesos de construcción de golpe. Sin embargo, no tengo la intención de centrar el debate a partir de elementos puramente coyunturales, sino identificar la dimensión estructural presente en la forma de la austeridad impuesta como "inevitable" y que consecuencias tales medidas pueden plantear a la vida de todos los brasileños. Por lo tanto, la discusión sobre la Forma Política del Estado, como un componente imprescindible de la acumulación de capital, es indispensable para entender la esencia del proceso en curso, ya que permite superar la inmediatez de la situación y darse cuenta del potencial y los límites de los gobiernos progresistas delante del Estado burgués.

**PALABRAS CLAVE:** Golpe a los derechos; Forma política; Estado y gobierno.

## INTRODUÇÃO

Quais as perspectivas de futuro estão em jogo com o acirramento da crise estrutural do capitalismo (Mészáros, 2015), cujos rebatimentos ampliam a crise política, os conflitos e as tentativas do impeachment no Brasil? Esta é uma questão que se busca entender, muitas vezes sem êxito, pois a confusão, a incerteza e a superficialidade são as características predominantes em grande parte das análises referentes à conjuntura brasileira. Por tal razão, buscarei construir uma argumentação que ultrapasse a luta pelo poder político imediato e que identifique a essência do processo em curso no conjunto de perdas de direitos dos trabalhadore(a)s, bem como na flexibilização de leis, na privatização da natureza e na espoliação do trabalho. Em suma: essa “redução neoliberal do Estado de direito” tem a ver com a luta de classes e com “cortes de gastos” guiados por um programa de austeridade que, em última instância, objetiva promover as condições institucionais ideais à reprodução do capital e a manutenção do poder.

O presente texto consiste num conjunto de reflexões que venho sistematizando há pouco mais de um ano, quando se intensificaram os indícios que sinalizavam os processos de construção golpista, bem como de uma compilação de um conjunto de análises de conjuntura realizadas por vários autores, tais como: Mauro Iasi (2015), Ricardo Antunes (2015), Anita Prestes (2015), Virginia Fontes (2014), Eliane Brum (2015), Graça Druck (2015), entre outros. Tais autores constituem a base das reflexões aqui desenvolvidas tendo em vista a grande quantidade e diversidade das análises acerca do presente tema.

Um dos temas mais debatidos, sem dúvida, foi a possibilidade ou não do afastamento presidencial que agora parece se consolidar, embora não possamos determinar acertadamente o que acontecerá daqui para frente. Foi tão iminente que os meios de comunicação de massa e outras vias alternativas não puderam fugir do debate da possibilidade concreta de sua realização. Entretanto, um elemento comum nas análises é que desde sua chegada ao poder, o Partido dos Trabalhadores (PT) foi um governo de caráter conciliador, sobretudo quando observamos que, durante os dois mandatos de Lula e no primeiro de Dilma, tenha conseguido realizar uma significativa melhoria da qualidade de vida de milhares de brasileiros ao mesmo tempo em que garantiu exorbitantes ganhos dos capitalistas, rentistas, empresários, latifundiários etc.

Diante de tais fatos, em que os ganhos dos capitalistas comprovam a parceria promissora entre o PT e os processos de acumulação do capital, parecia improvável que iríamos chegar numa situação tão contraditória quanto a que assistimos. A aderência de tal forma de governo (*conciliador*) aos interesses do grande capital se dava à medida em que cumpria a função da *forma estranhada do Estado*, fortalecendo o fetiche de uma estrutura de regulação política, denominada por Engels de “*força pública*” (Lukács, 2013), que se coloca acima dos interesses das classes, numa relativa neutralidade.

Neste caso, a tentativa de atualização da máxima conciliadora, que enxergava a possibilidade de garantir ganhos à classe trabalhadora ao mesmo tempo em que favorecia à acumulação do capital – uma tese *neodesenvolvimentista*, denominada acertadamente por Alves (2014) como “Neobarbárie” para descrever o modelo *hidroenergético* na Amazônia brasileira –, contribuiu para consolidar esta estrutura de dominação sem romper com o regime burguês. Tais características merecem alguns esclarecimentos antes de analisarmos as particularidades dos rebatimentos disso no Brasil.

A esse respeito, é indiscutível a contribuição de Joachim Hirsch (2010), ao elucidar o caráter capitalista e de classe do Estado. Através de uma reflexão contundente acerca desse complexo tema, articulando grande competência teórica à análise histórica das transformações do próprio capitalismo e, com ele, indissociavelmente, das mudanças e redefinições do que chama de “*forma estatal*”, o autor levanta um conjunto de questões: “o estado seria a corporificação do bem comum”? “Como podemos falar em bem comum quando frequentemente poderosos interesses particulares se fazem presentes no Estado”? Tais indagações são indispensáveis enquanto ponto de partida para que entendamos a

dimensão contraditória estrutural presente na ação estatal em qualquer formação histórica específica. Para tanto, necessitamos de uma breve discussão acerca da concepção do Estado enquanto uma Forma política estranhada da sociedade para que entendamos seu real significado nos processos de reprodução do capital, que passa necessariamente pelo controle do território enquanto condição para o controle do poder político.

### **ESTADO, FORMA POLÍTICA E CONJUNTURA BRASILEIRA**

Para responder tais questões supracitadas, remetemo-nos necessariamente ao vínculo genético do Estado moderno, atrelado ao surgimento do capitalismo, que permitiu, pela primeira vez na história, uma separação *formal* entre a economia e a política. Neste sentido, para entendermos a formação estatal é imprescindível atentar para o processo de divisão social do trabalho que, durante séculos, separou os produtores diretos dos consumidores de produtos, gestando um processo real de estranhamento entre os homens e os produtos do trabalho. Só assim podemos entender como a ampliação destas relações de troca (hegemonia da mercadoria) exigiram da *formação econômica capitalista* uma nova estrutura política, *aparentemente externa* à sociedade e as classes, mas sempre regulando as finanças e protegendo, à fero e fogo, o direito de propriedade, indispensáveis à circulação e acumulação do capital. Como menciona Hirsch (2010):

A partir do surgimento do capitalismo, essa relação se transformou de maneira decisiva. O aparelho de domínio político é formalmente separado das classes economicamente dominantes; dominação política e dominação econômica não são mais imediatamente idênticas (HIRSCH, 2010, p.23).

Ora, esta separação formal entre o político e o econômico, bem como entre público e o privado permite-nos entender a particularidade do *Estado moderno* em relação a outras formas de dominação política anteriores, como no feudalismo, que não possuía uma autonomia relativa da política em relação à economia (Mascaro, 2013). Portanto, em condições ideais de acumulação, a *forma estatal* cumpre um papel fundamental em garantir as exigências reprodução ampliada, embora sob as condições específicas existentes em cada formação concreta.

Como condensador de contradições inconciliáveis no interior da sociedade capitalista, o Estado e a eficácia da dominação, por esta via “*legal*”, não pode expressar diretamente um mero instrumento de poder da burguesia, como Poulantzas (1971) já criticou, ao negar o Estado enquanto simples instrumento de dominação. Essa contraditoriedade expressa aquilo que Lukács (2013) discute acerca da peculiaridade do Estado e do direito positivo, que por sua vez, não consegue manter a unidade social apenas pela via da força física, necessitando de outros aspectos coercitivos (ideologia, cultura etc.) para manutenção do *status quo*. Embora tal compreensão não signifique aceitar a noção de que o Estado seria realização efetiva do *bem comum*, devemos levar em consideração que há uma constante tentativa de impor tal visão, de modo a gerar uma “aceitação” de medidas, ações e práticas (como o ajuste fiscal no Brasil) que contrariam os interesses da maioria da população. Assim, menciona Lukács (2013), a respeito do fetiche do direito:

[...] seria impossível para uma sociedade com certo grau de desenvolvimento funcionar e se reproduzir normalmente se a maioria dos pores teleológicos de seus membros fosse direta ou indiretamente imposta simplesmente pela força. Com efeito, o direito, surgido em virtude da existência da sociedade de classes, é por sua essência necessariamente um direito de classe: sistema ordenador para a sociedade que corresponde aos interesses e ao poder da classe dominante. – ressalta ainda o autor – as imposições inescrupulosa dos interesses globais da classe dominante pode muito bem entrar em **contradição com muitos interesses de integrantes da mesma classe**. (LUKÁCS, 2013, p.232-233. Grifo nosso).

Ao contrário de seguir por unilateralismo, criticado acima por Lukács (2013), Hirsch (2010) compreende o Estado enquanto expressão de uma *forma social* determinada. As formas sociais são objetivações de relações sociais cristalizadas historicamente que se *externalizam* e fogem ao controle dos indivíduos, condicionando-os e moldando suas ações, tal como pode ser visto na *forma dinheiro*. Neste caso, mostra Marx, em O’Capital, o próprio produto da sociedade assume uma forma *fantasmagórica* que se objetiva contrária aos próprios homens. A relação social dinheiro acaba servindo muito mais à dominação dos homens que para sua emancipação social. É como algo que foi criado pelas próprias relações sociais entre os homens, mas que não aparece como seus produtos. “Assim são as formas sociais coisificadas, exteriores e opostas as eles” (Hirsch, 2010), como o Estado se configura.

A questão do Estado capitalista, levantada até o momento, num nível de abstração mais amplo, contribui para elucidar a relação intrínseca entre tal forma política e sua dimensão capitalista, bem como por revelar que no âmbito do “Estado-classe” (Gramsci, 2001) os ganhos da classe trabalhadora, mesmo quando são conquistados, não podem ser duradouros sem um rompimento “radical” com a forma burguesa de dominação, fundamentada na divisão hierárquica que visa à exploração do trabalho. Como Marx (2011)<sup>2</sup> observa ao retratar a experiência da Comuna de Paris: à classe trabalhadora não basta apenas se apossar da máquina estatal e dela se servir aos seus próprios fins, pois tal estrutura possui uma funcionalidade intrínseca com a dominação de classe.

Ora, observamos um paradoxo quando em nome da “nação” destinam-se enormes quantidades de recursos para atender a fins privados, apesar de tais investimentos sempre serem propagados como se fossem de interesse geral, uma *vontade geral* (em termos *rousseauianos*), e não particulares. Esta forma de compreensão imposta se configura enquanto ideologia, pois tem a função social de distorcer a real intencionalidade da ação “pública” em casos diversos. Desta maneira, agir pela via do Estado, em nome de uma suposta homogeneidade nacional – que omite as desigualdades e os conflitos de classe –, obscurece a finalidade real da intervenção do Estado: atender, em última instância, a reprodução ampliada do capital.

Diante dos limites e das determinações que são impostas pela *forma estatal* burguesa, bem como das disputas políticas marcadas pela luta de classes em cada momento histórico, não se pode negar a especificidade de determinados governos progressistas na América Latina, no que tange a gerar benefícios sociais importantes, como pudemos ver nos três primeiros mandatos do governo do PT, quando milhares de pessoas saíram da miséria; houveram vários avanços em relação à educação; ingresso ao consumo e aos programas sociais, que permitiram a maior inserção nas universidades públicas; ampliação dos níveis de escolaridade, moradia e redução de trabalho infantil<sup>3</sup>, etc.

Entretanto, a pergunta que fica sempre é a seguinte: até quando seria possível harmonizar, através de um *pacto*, os conflitos de classes inconciliáveis como buscou fazer o PT? Certamente tais medidas possuem um limite, que é determinado pelo próprio

---

<sup>2</sup> A guerra Civil na França.

<sup>3</sup> De acordo com Fania Rodrigues (revista Caros amigos fevereiro 2016) o Brasil reduziu em 67% o trabalho infantil no período de 2000-2012.

movimento ampliado da acumulação do capital, tornando possível que naquele momento de bonança os financiamentos da casa própria, via bancos públicos, à juros subsidiados, permitissem certa conciliação entre os lucros do capital e o acesso à casa própria por milhares de pessoas. Como bem observou David Harvey (2016) ao estabelecer a relação entre urbanização e acumulação: “lembro que quando a crise veio o Lula disse que ia construir 1 milhão de casas”<sup>4</sup>. Só que tal fato aconteceu num momento relativamente favorável às conciliações no Brasil. Na medida em que tais formas não foram mais possíveis, o pacto começou a se romper e assistimos amargamente um governo progressista tomar medidas contrárias às que defendia, o que levaria seus representantes posteriores a grande impopularidade e ameaça constante.

O governo do PT foi obrigado, pelas contradições do momento histórico, a realizar um conjunto de ajustes, que tem em sua essência a quebra de múltiplos direitos. Enquanto isso, todo(a)s somos coagido(a)s ideologicamente a ter esperança no retorno dos ganhos sociais conquistados nos três últimos mandatos. Tais conquistas, inegavelmente, permitiram a redução da pobreza e a melhoria das condições de vida das camadas baixas da população, reiteramos. Entretanto, não se pode negar a contradição existente no próprio *pacto*, pois as medidas implementadas nos governos Lula e (no primeiro mandato) Dilma, propagadas enquanto *dádiva paternalista*, permitiram – além difundir a imagem de um *governo conciliador* dos interesses entre classes em disputa –, criar as condições para levar a frente medidas que não apenas acarretam na perda de tais concessões, mas comprometem amplamente os direitos conquistados à duras penas em períodos anteriores.

Neste sentido, o PT consistiu no único governo capaz de levar a cabo os interesses do capital através da estrutura estatal e garantir melhoria de vida dos trabalhadores (embora por pouco tempo), reforçando a ideia de sustentação do Estado que mostramos anteriormente. Ou seja, uma estrutura que aparentemente – mas só aparentemente –, não age com propósito da burguesia, por não representar diretamente os interesses do capital junto ao Estado.

Diferente de um governo do PSDB (que possui um vínculo de classe, explicitamente voltado à burguesia), o referido Partido “dos Trabalhadores” se encontrava “acima de qualquer suspeita” para garantir o processo de valorização do capital a partir de

---

<sup>4</sup> Entrevista para Caros Amigos abril de 2016.

medidas que iam de encontro aos interesses dos trabalhadores (a)s. Seja reduzindo o valor da força de trabalho através dos processos de flexibilização, seja através das privatizações, da redução de direitos sociais (reforma previdenciária etc.); da *terceirização total* de que fala Ricardo Antunes (2015); etc. Tais medidas iniciadas nos governos progressistas representam um comprometimento de um conjunto de direitos existentes na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

Portanto, o fenômeno do *lulismo*, como denomina Singer (2012), só demonstra que, em determinados momentos históricos, não se necessita de um governo exclusivamente burguês para que os interesses da burguesia sejam implementados. Em outras palavras, a burguesia não necessita estar diretamente no poder político para garantir aquilo que é sua razão ser hegemônica: a valorização do capital, viabilizada pela estrutura política de controle. Basta perceber a orientação macroeconômica expressa na lucratividade dos bancos, que foram enormes nos anos do governo Lula e que se repetem no governo Dilma, em plena à “crise” econômica:

Imobilismo não é bem a palavra que define a vida dos bancos em um cenário de desemprego em alta e renda em queda [...] Os três bancos privados de grande porte do país têm aproveitado a crise político-econômica para lucrar [...] recentemente, as instituições financeiras anunciaram seus resultados para 2015. O lucro do Santander cresceu 13,2%, para 6,6 bilhões. No Bradesco, evolução de 16,4%, para 17,8 bilhões. O Itaú, maior banco privado da América Latina, teve lucro de 23,8 bi, expansão de 15,16% em relação a 2014 e recorde. Em síntese: **Os brasileiros apertam os cintos, mas os banqueiros nadam em lucros [...]** (João Peres – Caros Amigos – março de 2016. Grifo nosso).

Que outras medidas implementadas, nos últimos anos, atestam a tese supracitada de um Estado a serviço dos diferentes ramos do capital? Tomemos, como exemplo, as ações voltadas para o agronegócio, que consiste num dos grandes setores de articulação entre Estado-Capital no Brasil, comprovando a relação de dominação política exercido concretamente pela forma estatal, articulada ao controle territorial e das riquezas da nação.

## O ESTADO E SUA ARTICULAÇÃO COM O CAPITAL AGROHIDROEXPORTADOR NO BRASIL



A tese de Eduardo Galeano (2014) segundo a qual a América Latina consiste numa região das “Veias abertas” significa que: na divisão internacional do trabalho alguns países se especializam em ganhar e outros em perder. Passados mais de quarenta anos da publicação original, notamos tristemente a atualidade da obra clássica do escritor uruguaio. Entretanto, faz-se importante perguntar, diante dessa hierarquia do mercado internacional, quem perde e quem ganha no Brasil, em virtude da expansão de um capitalismo dependente predatório?

Em função da exportação de bens primários, com baixo valor agregado, tais como: soja, milho, açúcar, celulose, minério, carnes etc., o “Brasil” abre mão de suas florestas, da proteção dos povos originários, das altas reservas de água superficiais e subterrâneas – que agora estão se esgotando em algumas regiões com a crise hídrica –, comprometendo a saúde ambiental e a saúde de populações do campo e da cidade, cada vez mais vulneráveis aos agrotóxicos. Este último conta com um verdadeiro processo de desregulamentação e permissividade com as flexibilizações das leis.

Soma-se a este conjunto, a perda de autonomia de camponeses sobre suas sementes e suas terras, devido à padronização, comandada por reduzido número de multinacionais, em detrimento da biodiversidade. O que os movimentos sociais – como a Via Campesina – reivindicam, enquanto soberania alimentar, fundamenta-se não apenas na quantidade de alimentos, mas na qualidade e na autonomia dos povos produtores sobre as sementes, sobre as terras e as águas. Tudo isso acaba sendo minado devido imperativos do capital que se apossa dos territórios em escala cada vez mais ampliada.

Tal visão de mundo, fundada na manipulação e na racionalidade instrumentalizada a serviço do capital, cria o chamado “mito do progresso”, que obscurece a *destrutividade* socioambiental de tal modelo em função da máxima “economicista” e “reducionista” do discurso que preconiza o crescimento do PIB – não se questiona nem a quem serve –, excluindo-se, assim, os custos humanos e ambientais daí decorrente. Não podemos pressupor que o “crescimento” econômico é bom “naturalmente”, pois isso nos coloca numa “jaula de aço” (Löwy, 2014) a ponto de mistificarmos a realidade social, ao invés de entendê-la, bem como nos cega quanto às possibilidades de superação histórica, através das lutas sociais e de classe geografizadas territorialmente (Moreira, 2004). Devemos observar qualitativamente se esse crescimento traz melhor qualidade de vida para o trabalhador(a); questionar se tal modelo constitui a única forma possível de empreender

as relações sociais de produção da vida material; e se existem limites absolutos que comprometem a própria economia.

O discurso da suposta alta produtividade do agronegócio cai por terra quando verificamos o grau de investimento “público”, como evidencia o plano safra 2015/2016, quando destinou-se a quantia de R\$ 187,7 bilhões para a chamada agricultura empresarial, conforme os dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Não se trata apenas da diferença abissal sobre o valor destinado à agricultura familiar camponesa – que contou com apenas R\$ 28,9 bilhões –, mas da grande diferença em termos de investimentos e de infraestruturas logísticas que o capital dispõe do Estado para garantir sua viabilidade. Tal fato nos leva a questionar: é o agronegócio quem sustenta o Brasil, ou o Brasil que sustenta o agronegócio?

As principais implicações trazidas pela falácia progresso consistem, especialmente, nas consequências ambientais e aos graves danos sociais que atingem diferentes sujeitos. Os camponeses pagam o preço com a expulsão de suas terras (neste caso, destaca-se o total abandono da política de reforma agrária, de modo que milhares de famílias permanecem acampadas em todo país). É o que atesta a seguinte matéria a respeito da ampliação da concentração fundiária:

Em torno de 50% das terras agricultáveis estão nas mãos de grandes proprietários. Com Dilma Rousseff, essa concentração se agravou e aumentou em quase três vezes o território de um estado como Sergipe. O que significa que seis milhões de hectares passaram para as mãos dos ruralistas mais ricos (RODRIGUES, 2016).

Além da concentração supracitada, Lúcia Rodrigues (2016) pondera que o primeiro mandato de Dilma foi modesto em relação à Reforma Agrária, de modo que apenas 216 latifúndios foram desapropriados. Isso mostra que desde o governo Sarney a presidenta só não perdeu para Fernando Collor. Tal quadro é agravado, conforme a autora citada, quando considera-se que aproximadamente 130 mil famílias estão acampadas, esperando processos de desapropriação que se tornaram cada vez mais demorados no contexto aludido.

Os indígenas<sup>5</sup>, por sua vez, são subjugados a marginalidade se veem constantemente ameaçados nos territórios já demarcados. Nesse caso, a PEC 215 talvez seja o maior exemplo do retrocesso, na medida em que transfere do Governo federal para o Congresso (conservador), a responsabilidade de demarcação das terras indígenas.

No caso dos quilombolas assistimos a um verdadeiro descaso com a grande quantidade de povos. Segundo a Secretaria de Políticas de Promoção e Igualdade Racial da Presidência da República, existem em torno de 214 mil famílias quilombolas no Brasil. Cerca de 92,5% ainda aguardam titulação de suas terras. A presidenta Dilma, nos seus cinco anos, só destinou 11 mil hectares de terras aos quilombolas (Rodrigues, 2016). Soma-se a isso a grande ameaça às áreas já tituladas pela expansão da mineração e do agrohidronegócio em todo o país.

Os assalariados que se encontram precarizados, tanto no aspecto jurídico imposto pela onda de flexibilização das leis (EX. PL4330/modificada PL 30/2015), quanto pelas condições insalubres a que se submetem os trabalhadores. Acrescenta-se a este cenário o grande número de desemprego, o que subjugava cada vez mais pessoas a condições desumanas, e torna mais expressos a multifuncionalidade, a polivalência e a *plasticidade* que o trabalho adquire no século XXI, provocando mudanças tanto nas formas de inserção laboral quando redefinindo os conteúdos e as dinâmicas territoriais que abrange os homens e mulheres da cidade e do campo (THOMAZ JÚNIOR, 2011, 2016).

No caso dos trabalhadores envolvidos na mineração, tal quadro é ainda mais preocupante frente aos processos de (des)regulamentação com novo Código da Mineração, que tende a agravar a situação de trabalho nessas atividades, bem como ameaçar diversos territórios de populações tradicionais em todo o país. Assim ocorreu com o novo Código Florestal, pois ampliou a “legalização” do desmatamento em todas as regiões do país, comprometendo os principais mananciais hídricos e ciclos de recarga hidrológicas, em função de um desenvolvimento predatório. Tal cenário evidencia o reposicionamento do Estado enquanto poder de coerção, tanto no que se refere ao uso força física quanto no que se refere à imposição de um institucionalidade injusta, que se configura enquanto um verdadeiro “ataque aos direitos dos povos” como frisou Mitidiero Júnior (2015).

Estas mudanças que estão em curso permitem identificar claramente o pacto político, que tem como plano de fundo agravar as condições de exploração dos trabalhadore(a)s e os desrespeitos aos territórios de grupos tradicionais. No Maranhão-MA e no Pará-PA, por exemplo, é digno de registro as consequências da espoliação de povos tradicionais de suas terras pelos projetos implementados pela Vale do Rio doce, articulada diretamente com a estrutura estatal<sup>6</sup>. Tais processos sinalizam que por meio do Estado e da capitulação de membros parlamentares, o capital em crise estrutural – necessitando encontrar formas de fugir de crises –, leva a frente seu projeto de ampliar a extração de trabalho e de apropriação da natureza, desregulamentando leis do trabalho e ambientais em sua expansão geográfica (HARVEY, 2004).

Tal quadro só demonstra que o Estado, enquanto *forma política* necessária ao capital (Hirsch, 2010; Mascaro, 2013), não se restringe ao governo, pois mesmo com diferenças substantivas entre os chefes de estado que ocupam a presidência, governos progressistas podem encampar uma política de cunho neoliberal, concretizando (ou mantendo) internamente a lógica hierárquica prescrita pelos interesses centrais do capitalismo. Poderíamos afirmar que vivemos numa verdadeira ditadura do capital financeiro, na medida em que observamos o fatalismo imposto pela ideologia especulativa sobre os trabalhadore(a)s, como observou o filósofo italiano Giorgio Agamben (2012) para retratar o real significado da crise atual: “Crise” hoje em dia significa simplesmente “você deve obedecer!”.

Diante disso, a hegemonia midiática age sobre o senso-comum com objetivo de justificar e naturalizar o ajuste fiscal, à medida que estabelece um discurso que impossibilita inexoravelmente outra saída da crise em lugar da austeridade. Como mostra Gramsci (2001), o senso-comum se caracteriza enquanto receptor de fatos tomados acriticamente e convertidos em práticas cotidianas pelos sujeitos individuais e/ou coletivos.

Na medida em que o capital financeiro estabelece um “bombardeio” de coerção ideológica e cultural, coagindo por meios de comunicação de massa a aceitação das

---

<sup>6</sup> O caso da Vale é emblemático, pois se trata de uma empresa que nos permite entender diferentes contextos por que passaram a economia brasileira. Como mostra o Documentário “Buraco de Rato”, produzido pelo Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, a empresa surge como uma iniciativa de empresa nacional, na Era Vargas, e acumulou muitas riquezas e foi privatizada na época FHC. Com a garantia estatal, sobretudo a força policial, a Vale comandou e comanda um conjunto de atos de violência contra as populações locais, a exemplo do massacre de Carajás.

medidas do governo, em detrimento do povo, essa dominação tende a se consolidar. Embora tais influências ideológicas não sejam únicas, pois existem diversos meios materiais de regular a vida da população (aumento de juros, redução de crédito, cortes de direitos, de programas sociais etc.), elas exercem um papel significativo para consolidar o sistema de controle social pela via da “aceitação passiva” das contradições supostamente irremediáveis (pelo menos até que os problemas se tornem insustentáveis).

Este processo de imposição e gestação de um “consenso da crise” (e seus remédios neoliberais) é muito comum quando observamos que os verdadeiros resultados da desregulamentação neoliberal significou a quebra ou a flexibilização de leis ambientais e trabalhistas no mundo “pobre”, possibilitando a vinda de indústrias cujos impactos não eram mais aceitados nos países ricos. Tal processo revelou-se quando do mundo “desenvolvido” vieram as indústrias mais poluentes para o Hemisfério Sul, cumprindo a função de externalizar os impactos ambientais e sociais, ou seja, exportar os verdadeiros custos de produção para as populações de países pobres, à medida que centralizavam os lucros em países centrais do capitalismo. A partir destas ideias, um conjunto de pesquisadores tem trabalhado com o conceito de *desigualdade ambiental*, de modo que milhares de pessoas pagam um preço por um desenvolvimento destrutivo (ASCERAD, 2010).

Enquanto o Brasil entra nas estatísticas de maior consumidor de agrotóxicos do mundo, envenenando milhares de pessoas em diferentes intensidades, gigantes empresas, como a norte-americana Monsanto, faturam milhões com a venda de produtos com graus de toxicidade não permitidos em nenhum lugar do mundo. A pressão das empresas sobre os organismos de fiscalização e de deliberação (CTNBio) compromete a autonomia desses órgãos, em muitos casos coagidos a liberação dos transgênicos que constituem, necessariamente, a condição para o aumento de veneno.

O fato de o relatório da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) constatar a ampliação da ingestão de agrotóxico é muito significativo para verificarmos os graves problemas que já estão presentes e que poderão vir a existir com esta onda de permissividade estatal do uso de veneno<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> É digno nota o Projeto de Lei 3200/2015, de autoria do deputado Covatti Filho (PP/RS), que visa substituir a lei de agrotóxico (7802/1982), flexibilizando o uso de veneno no país.

Mesmo isso não parece surtir efeitos para que repensemos o modelo adotado. Pela lógica de “socialização das perdas entre os pobres” é preferível para a elite brasileira que não existe o problema de saúde pública decorrente de intoxicação. Da mesma forma, descaradamente e sem verificação de base nenhuma (estatística ou outra), continua-se a negar a “existência de latifúndio” (como afirmou a ministra da agricultura e ruralista Kátia Abreu) e sua relação com o rentismo e a sonegação fiscal<sup>8</sup>, que hoje são os grandes responsáveis pelo déficit nas finanças públicas no Brasil.

É digno de nota um exemplo para que entendamos quem está por trás de todo um modelo de desenvolvimento que denominamos de *agrohidroexportador* (Thomaz Júnior, 2009, 2011), que gera divisas para poucos e pobreza, doenças e desemprego para muitos. No lançamento do plano safra 2015/2016, o discurso da ministra da Agricultura mostra claramente o cumprimento da função de Estado-classe (Gramsci 2001a) expressa na relação de dependência do agronegócio para com os recursos públicos, que garantem sua permanência e seus lucros. Após cumprimentar parlamentares, ministros e, principalmente, “membros do corpo diplomático” como ela denomina, tais como: os presidentes de entidades do agronegócio (CNA, OCB, Sociedade Rural, ABRAPA, APROSOJA, ABRAMILHO), ela deixa claro a *insustentabilidade* do agronegócio sem o Estado. Acompanhemos o trecho:

As economias modernas e bem sucedidas – diz a ministra – são àquelas que conseguem combinar um setor privado vigoroso e autônomo e um *Estado que assegura um ambiente institucional favorável à iniciativa privada*. E, ao mesmo tempo, provê, direta ou indiretamente, a infraestrutura física e tecnológica necessária para os setores produtivos. O excesso de intervenção estatal atrofia, por vezes, as energias do empreendedor privado, tornando-o dependente da proteção do governo e incapaz de sobreviver a competição aberta. Mas em contrapartida a ausência ou omissão do Estado no desempenho nas funções, que lhe são próprias, pode inviabilizar o desenvolvimento das atividades privadas. **O agronegócio brasileiro é um caso quase exemplar de uma articulação virtuosa entre Estado e iniciativa privada**<sup>9</sup>.

Mas o Estado não deveria garantir as condições necessárias para o conjunto da população, sem distinção de “classe”, pois, afinal, somos todos cidadãos de direito como os

---

<sup>8</sup> A sonegação não se refere exclusivamente ao setor do agronegócio, embora esta seja responsável por uma grande parcela.

<sup>9</sup> Transcrição nossa. Fonte: <http://www.agricultura.gov.br/pap>. Consulta 10 de setembro de 2015.

seus apologistas costumam repetir? Por mais que vejamos clara a aderência do Estado com os interesses do capital, quanto ao destinar dos (nossos) recursos, por que o conjunto dos meios de comunicação hegemônicos insistem tanto em negar tal fato? Certamente isso se dá pelo fato de que para garantir a dominação de classe, no capitalismo – lembremos as colocações acima acerca da forma estatal estranha – faz-se necessário uma *fetichização* da política, de uma relativa “autonomia” diante da economia e da sociedade. Ou seja, o Estado aparece como estrutura de dominação e coerção (aparentemente) externa às classes sociais, mesmo que de fato exerça um papel predominante (como reconhece a ministra).

O PT chegou ao governo com um pacto de classe pelo “desenvolvimento social” que trouxe variados ganhos sociais, apesar das consequências negativas de tal via, assentada mais na inserção de crédito e do consumo que nas medidas estruturais. Agora, como bem observou Brum (2015) acerca da inexistência de um projeto à esquerda, devido a incapacidade do atual governo em romper com aliados conservadores, e de ter desprezado suas bases sociais de sustentação popular – o que poderia ter levado o programa de governo à reformas estruturais – percebemos que a burguesia consegue sangrar o PT lentamente, através das coerções impostas pelo sistema monetário implementadas via banco central.

As políticas de ajustes estrutural ou o chamado ajuste fiscal que o Partido dos Trabalhadores viu-se obrigado a implementar (devido aos imperativos do capital), de cunho iminentemente neoliberal, atingiu diretamente milhares de homens e mulheres, que, do dia para a noite, se enxergaram sem empregos e sem serviços públicos de qualidade, no momento em que os custos de vida só se ampliam. Diante de tais circunstâncias é que o golpe da burguesia começa a derrubar o PT lentamente, aproveitando de sua impopularidade e da apatia social criada por um país dividido. Coloca, por assim dizer, o seu presente de “ajuste fiscal” em confronto direto com o passado recente de “governo garantidor dos ganhos sociais”, ou até, o contra o seu passado pré-constituente, quando contribuiu significativamente na conquista dos direitos constitucionais. Em síntese, o PT de hoje é confrontado contra si mesmo, pois se vê impelido a negar, por medidas e omissões, a luta em defesa dos trabalhadores (e dos povos) e afirmar o desmantelamento dos direitos – conquistados por longas lutas sociais – diante do fatalismo da crise e da necessidade de “cortes de gastos” impostos pelo caráter voraz do capital mundializado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, os processos que terão rebatimentos duradouros para os trabalhador(a)s no Brasil, a exemplo a *terceirização total*, das medidas do ajuste fiscal, das mudanças na previdência, da flexibilização das leis ambientais, a privatização massiva da terra e da água etc., tendem a ser omitidas ou impostas enquanto necessários para a saída da crise, como prevê o retrógrado plano “ponte para o futuro” do governo golpista do PMDB. Entretanto, a massa da população é induzida midiaticamente, e por um pensamento neoconservador que chega às ruas, a uma discussão superficial da política partidária, restrita ao poder político imediato, quando o golpe, em sua essência, se configura enquanto uma estratégia de precarização total da vida e da manutenção do poder burguês à longo prazo.

Neste cenário dual e de bipartidarismo que assistimos, nos últimos anos, criou-se uma “cegueira” e uma falta de discussão a respeito de caminhos alternativos que trariam mudanças significativas. O conteúdo da política e da democracia é esvaziado e o que predomina é um debate centrado na “pequena política” – que em termos gramscianos, se limitada ao poder governamental – cujas consequências são o descontentamento e desconfiança popular na verdadeira política. Tal descontentamento contribui muito mais para a manutenção do *status quo* que para viabilizar rupturas profundas, pois as pessoas abrem mão do direito e do dever de decidir sobre questões pertinentes as suas vidas, deixando isso a cabo da precária representatividade formal.

Por tal razão, necessitamos, mais que nunca, de uma retomada da discussão centrada numa democracia efetiva que só poderá ter lugar a partir de uma *igualdade substantiva* (Mészáros, 2015). Em outras palavras, precisamos que a ação política ultrapasse os limites da democracia burguesa, meramente formal. Tal condição só se efetivará quando o conjunto majoritário das pessoas de uma nação tiverem acesso aos meios essenciais que garantam a reprodução de suas vidas, bem como quando forem os responsáveis pelos processos decisórios que lhe dizem respeito. Desta forma, um sistema político alienado da sociedade, como se configura o Estado no momento, exerce o papel da dominação e do controle social e não da emancipação humana.

Portanto, as lutas dos trabalhadores e trabalhadoras devem estar centradas na retomada e na ampliação dos seus direitos concretos que, no cenário atual, parecem estar



comprometidos por mais um golpe de estado que visa agravar ainda mais as condições de vida em geral. O governo golpista encabeçado por Michel Temer representa a repetição da “história enquanto farsa”, como lembra Marx no 18 de Brumário. Porém, vale ressaltar, lembrando Marcuse – no prefácio do livro citado – de que em alguns casos a farsa consegue ser pior que a tragédia. O “golpe” aos direitos, como tentamos brevemente pontuar, certamente é muito mais amplo do que conseguimos exemplificar e, por isso, necessita de um conjunto de *contra-hegemonias* articuladas e direcionadas a combater tal ofensiva do capital que se manifesta de forma particular na formação brasileira.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGANBEM, G. **Deus não morreu. Ele tornou-se Dinheiro.** Entrevista com Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2012/08/31/deus-nao-morreu-ele-tornou-se-dinheiro-entrevista-com-giorgio-aganben/>. Acesso em 31 de agosto de 2012.

ALVES, José. **As revoltas dos trabalhadores em Jirau (RO):** degradação do trabalho represada na produção de energia elétrica na Amazônia. (Tese doutorado em Geografia). Orientador: Dr. Antonio Thomaz Júnior. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT Unesp Presidente Prudente:[s.n.], 2014. 671p.

ACSELRAD, H.; BEZERRA, G. N. **Desregulação, deslocalização e conflito ambiental:** considerações sobre o controle de demandas sociais. In: ALMEIDA, A.W.B et al. Capitalismo globalizado e recursos territoriais – fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, 2010. p. 179-210.

ANTUNES, R. **O trabalho que estrutura o capital desestrutura a sociedade.** Entrevista 24 de abril de 2015. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/otrabalhoqueestruturaocapitaldesestruturaa-sociedadeentrevistaespecialcomricardoantunes/541939otra...>> Acesso em 29/06/2016.

BRUM, E. **A mais maldita das heranças do PT.** In: El País Brasil Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/16/opinion/1426515080\\_777708.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/16/opinion/1426515080_777708.html)> acesso em 22 de março de 2015.

DRUCK, G. **Terceirização e ajuste fiscal:** uma dupla ofensiva contra os direitos do trabalho. In: Blog Bora discutir: Disponível em: <<http://boradiscutir.blogspot.com.br/2015/07/terceirizacaoeajustefiscalumadupla.html>> Acesso em 01 de julho de 2015.

FONTES, V. **Sobre partidos, classes e ordem do capital.** In: Blog marxismo21 – dossiê esquerdas, eleições e transformações estruturais da sociedade brasileira – setembro de 2014.

Disponível em: <<http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2014/09/Virg%C3%ADnia-Fontes-dossie.pdf>> Acesso em 29 de junho de 2016.

GALEANO, E. **As Veias Abertas da América Latina**. Porto Alegre/RS: L&PM, 2014.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, Vol. 1, 2001a, p.1525.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, Vol. 3, 2001a.

HIRSCH, J. **Teoria Materialista do Estado**. Rio de Janeiro: Revan, 2010. 328p.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004. 201p.

IASI, M. L. **De onde vem o conservadorismo?**. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2015/04/15/deondevemoconservadorismo/>. Acesso em: 15 de abril de 2015.

LÖWY, M. **A Jaula de Aço: Max Webber e o Marxismo Weberiano**. São Paulo: Boitempo, 2014.

LUKÁCS, G. **Para uma Ontologia do Ser Social**. Vol. II. São Paulo: Boitempo, 2013.

MITIDIERO JR., M. A. **Ataque aos direitos dos povos do campo**. *In*: Canuto, A; Cássia Silva Luz, R., Andrade, T. V. P. (Coordenação). **Conflitos no Campo – Brasil - Goiânia: CPT Nacional – Brasil**, 2015. 240 p.

MÉSAZÁROS, I. **A Montanha que devemos Conquistar**. São Paulo: Boitempo, 2015.

MASCARO, A. L. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **A guerra Civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOREIRA, R. **MARXISMO E GEOGRAFIA: a Geograficidade e o diálogo das Ontologias**. *In*: GEOgrafia - Ano. 6 – Nº I I – 2004.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais do Estado capitalista**. Porto: Ed. Portucalense, 1971.

PRESTES, Anita. **Considerações sobre as posições revisionistas (oportunistas) do marxismo no Brasil de hoje**. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/category/colaboracoesespeciais/anitaprestes/>. Acesso em 26/06/2014.

RODRIGUES, L. Vida e Morte pela terra. *In*: Revista **Caros Amigos**. Edição 226, janeiro de 2016.

STÉDILE, J. P. **Neodesenvolvimentismo se esgotou**. In Brasil de Fato. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/32389>. Acesso em 08 de Julho de 2015.

SINGER, A. **Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo, 2012.

THOMAZ JUNIOR. Questão Agrária, Luta de Classes e Trabalho no Brasil. (Diálogo Polêmico e necessário). *In*: **Revista Pegada** – vol. 16, n. 2 3 Dezembro/2015.

THOMAZ JUNIOR, A. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI. (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos)**. Tese (Livre Docência em Geografia). Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho. Faculdade de Ciência e Tecnologia - UNESP-FCT, Campus de Presidente Prudente-SP, 2009. 997p.

THOMAZ JUNIOR, A. Intemperismo do trabalho e as disputas territoriais contemporâneas. *In*: **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 1, número especial, p. 307-329, out. 2011.

Submetido em: 16 de junho de 2016

Aceito em: 29 de agosto de 2016